



ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Membro fundador

Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia



DIREÇÃO NACIONAL

DN 10/2017 – 16 de Novembro de 2017

COMUNICADO

Caros colegas e associados,

Decorreu no passado dia 10 de Novembro, na Assembleia da República, a Audição da Senhora Ministra da Justiça¹, no âmbito da discussão da Lei de Orçamento de Estado para 2018.

A Direção Nacional da ASFIC/PJ, já na expectativa da discussão e apreço, remeteu previamente a todos os Grupos Parlamentares, algumas questões que se revelam de especial interesse para as nossas carreiras e para a organização Polícia Judiciária, com vista a que as mesmas viessem a ser colocadas ao Governo, nomeadamente, à Senhora Ministra da Justiça e ao Senhor Ministro das Finanças.

Não obstante, a Direção Nacional da ASFIC/PJ, iniciou no passado mês de Outubro, uma ronda de reuniões com os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, as quais ainda se encontra a decorrer sob prévio agendamento. Espera-se com estas reuniões, transmitir aos nossos Deputados da República, sem exceção, as pretensões e necessidades da carreira de investigação criminal da Polícia Judiciária, já transmitidas no passado, tendo em conta a perspectiva da já comunicada revisão da Lei Orgânica da PJ e subsequente regime estatutário das carreiras da Polícia Judiciária, por parte do Governo (Ministério da Justiça), para o ano de 2018.

Assim, e por forma a fazer chegar-vos um sumário do decurso da Audição Parlamentar da Senhora Ministra da Justiça no dia 10/11/2017, passamos a destacar o seguinte (os quais poderão ser melhor consultados através do link em referência nesta página):

Discurso de abertura da Senhora Ministra da Justiça

03:20

Reforço e capacitação das tecnologias de informação e comunicação na Polícia Judiciária.

03:45

Reforço dos edifícios da PJ.

04:39

Fortalecimento dos sistemas de apoio à investigação criminal na PJ.

Reforço e reposição dos níveis de recursos humanos na PJ, consentâneos com as exigências mínimas das respostas dos serviços.

08:30

Criação da UNC3T/PJ, e dotá-la de meios tecnológicos para responder aos desafios do seu tempo.

Relativamente ao determinado para o ano de 2018:

¹ <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=2331&title=audicao-da-ministra-da-justica-oe2018>



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA**

Membro fundador
Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia



DIREÇÃO NACIONAL

09:30

Destaca a importância das carreiras das pessoas que trabalham na Justiça.

10:15

Conforme prometido será o ano da reavaliação dos estatutos da área da justiça.

10:30

Especial atenção ao planeamento das infraestruturas da Justiça (...) da Polícia Judiciária

11:10

Requalificação e/ou substituição das instalações degradadas (...), daremos particular atenção aos edifícios da PJ.

13:10

Cabimentado cerca de 7,4 Milhões € para parte do descongelamento das progressões remuneratórias, na Justiça.

(Ver declarações do Deputado do PS Fernando Rocha Andrade - 01:47:00)

15:35

Qualificar a ação da PJ no âmbito da investigação criminal.

Melhorar o empenho e o desempenho da Polícia Científica.

* * *

1ª RONDA DE QUESTÕES

PSD

(Deputado José Silvano)

18:10

Pergunta:

Há 7 anos congelamento nas progressões nas carreiras (...) acha justo que 4 carreiras da Justiça fiquem fora do aumento/progressão nas carreiras?

24:06

Pergunta:

As pessoas da Judiciária estão há tantos anos à espera da alteração estatutária, e vamos entrar em 2018, e mais um processo adiado que não entrou em vigor.

27:30

Resposta (Ministra da Justiça):



ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Membro fundador

Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia



DIREÇÃO NACIONAL

Há normas que preveem o descongelamento para as carreiras do regime geral e relativamente ao regime especial é considerada as carreiras que não tem avaliação nos termos do regime geral. Existe uma norma específica para isso, há uma norma para os Magistrados e há que saber se essa norma se aplica às outras categorias que estão em idêntica situação, nomeadamente, à Polícia Judiciária. Essa não é uma questão fechada, mas continua a ser uma preocupação, porque não aceitaremos que haja uma discriminação de um grupo profissional, apenas em função da circunstância de ter um regime de avaliação diferente. Não faz sentido que as pessoas venham a ser prejudicadas. As pessoas não ficarão prejudicadas. Ainda ontem houve uma reunião de trabalho sobre essa matéria e nós estamos a tentar perceber e fazer o enquadramento exato nas várias categorias e nas diferentes cabimentações nas normas orçamentais. Mas elas cabem lá. Saber depois se uma certa categoria se se faz no imediato ou se há uma progressão daqui a algum tempo, é outra questão daquela que estamos aqui a analisar. O que estamos a analisar tem a ver com o quadro normativo, e este, abrange as carreiras de regime geral e do regime especial (...).

PS

(Deputado Fernando Anastácio)

48:00

Há outras áreas do sistema que as estruturas de base apresentam algum grau de comprometimento, e torna-se importante para nós, fazendo o mesmo exercício, aplicando isto, aos mesmo critérios, relativamente ao edificado (...) da Polícia Judiciária. E é isso que estamos a fazer.

Vamos apresentar uma Lei de Programação das Infraestruturas da Justiça, que será uma lei a 3 anos (1,2 Mil Milhões de €), que contemplará o financiamento que dará cobertura aos investimentos que iremos precisar fazer (...) que implicará alienação de património, assim como, obtenção de outras receitas.

CDS

(Deputada Vânia Dias da Silva)

01:09:30

Pergunta:

Diz a Sr.^a Ministra que uma das traves mestras é o combate à criminalidade, ao investimento da PJ.

No investimento com o pessoal, temos um panorama que é este: a investigação criminal, tem cerca de 1000 Inspetores com processos distribuídos, num quadro de 2500, salvo o erro, tem uma média de idades de 48 anos, tem um concurso externo que ainda não está concluído, aberto, mas que estão para ingressar algumas pessoas, tem também um concurso interno que ao que nos dizem, está parado, no Ministério das Finanças, e ainda que se admita que e possa entrar 200 Inspetores, está muito longe de equilibrar as saídas e a Sr.^a Ministra sabe que tem havido muitas saídas para outras áreas da Administração Pública, também e está muito longe de equilibrar as reformas. Temos aqui uma despesa com pessoal que aumenta 700.000,00€ e o que eu lhe perguntava Sr.^a Ministra, é se estes 700.000,00€ chegam para os descongelamentos, para o curso de 40 Coordenadores que está a decorrer, para os 80 Inspetores-Chefe, para o ingresso dos restantes...chega para isto tudo Sr.^o Ministra? É isto que gostávamos de perceber, é porque a transparência, dita, que tudo o que está no orçamento seja efetivamente real, e nós possamos avaliar com exatidão, aquilo que vai acontecer, se não está,



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA**

Membro fundador

Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia



DIREÇÃO NACIONAL

gostávamos de perceber onde vai buscar esse dinheiro, pois seguramente não vai deixar de pagar estas coisas...

Quanto ao investimento propriamente dito, temos um investimento total na PJ de 8,5 Milhões € que é abaixo do de 2017, e o que lhe pergunto, é se ele é realmente suficiente para as necessidades, até porque nós sabemos que há instalações absolutamente degradadas, instalações onde não cabem todos os Inspectores, que já existem, quanto mais aqueles que parcamente vão entrar, portanto, gostava de perceber o que é que está planeado nesta matéria, porque na nota explicativa só nos fala do DIC de Portimão, e Braga, Faro, Coimbra e falo do país interior, tem problemas graves nesta medida.

01:16:35

Resposta:

Na PJ e a Sr.^a Deputada tem disso noção, está em curso ainda um concurso externo, muito antigo, para o ingresso de 120 Inspectores e também, está pendente um concurso interno, que obviamente está um pouco condicionado com o não andamento do concurso externo, para a admissão de mais 100. É verdade que as questões relacionadas com os concurso para a PJ, conhecem vicissitudes um pouco...atípicas, eu diria, e relativamente sobre as quais é necessário intervir. De todo o modo, estou convencida de que no próximo ano, nós conseguiremos ter na PJ, conseguimos reforçar os efetivos da PJ, em termos que mantenham o equilíbrio e que mantenham sobretudo a capacidade operacional na investigação

PCP

(Deputado António Filipe)

01:26:00

Pergunta

Uma questão que tem a ver com o descongelamento da carreira e da contagem do tempo, ou seja, se a situação, está mais ou menos clara (...) e se não se aplica a várias carreiras da área da Justiça, e portanto, há que clarificar, que efeitos terá a contagem do tempo para efeito dos descongelamentos das respetivas carreiras e para efeito das progressões...e portanto, isto é válido para os funcionários da PJ...

01:28:20

Pergunta

Importaria dar nota do enorme *deficit* que existe ao nível do pessoal da investigação criminal da PJ...andamos a falar muito de tempo de um concurso de 100 vagas, de há 3 anos para cá, referimo-nos sempre às mesmas 100 vagas, e portanto, tem havido uma morosidade, eu diria, incompreensível, relativamente ao preenchimento destes lugares na PJ, com graves prejuízos, designadamente, para a investigação da criminalidade económica e financeira, e daquela criminalidade mais complexa e que se vê a braços com uma falta de funcionários qualificados para a investigação criminal, e chamaria a atenção para a necessidade de vir a ser colmatado este deficit de funcionários na PJ.

01:34:00

Resposta



ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Membro fundador

Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia



DIREÇÃO NACIONAL

Quanto à questão das progressões, eu já disse aqui que o que vai acontecer relativamente a estas carreiras especiais que não estão sujeitas aos critérios de avaliação do SIADAP, e em que a progressão remuneratória depende apenas de um prazo, eventualmente e de uma referência classificativa, o que se terá de fazer, em termos adequados...que nós, como lhe disse, temos estado a trabalhar no sentido de encontrar para estas categorias, a situação que melhor se adequa e responde aos respetivos interesses.

01:38:00

Resposta

Em 2018, intervenções relativas aos estatutos, independentemente da preparação estar a ser feita em 2017, e em Novembro, iniciamos a negociação com os sindicatos...

(2ª Ronda de perguntas)

[02:41:00[

O conjunto de intervenções que vai ser necessário fazer nas instalações da PJ.

###

Caros colegas e associados,

A Direção Nacional da ASFIC/PJ, e nisso se reflete as questões colocadas à Sr.^a Ministra da Justiça, tem vindo a encetar e a manter contínuos contactos, não só com o Ministério da Justiça, mas também com os nossos Deputados da República, de todos os Grupos Parlamentares, no sentido de fazer vincar cinco questões que consideramos serem de especial relevância e urgência na Polícia Judiciária em geral e para a carreira de Investigação Criminal, nomeadamente:

- a) A conceção e materialização de uma Lei Orgânica da PJ e respetivo regime estatutário dos funcionários de investigação criminal, que seja justa e próspera para com a nossa classe profissional e que reveja a organização PJ como uma estrutura que importa descolar para um futuro necessário à sua manutenção e evolução;
- b) Desde o mês de Junho que a ASFIC se encontra empenhada em integrar as nossas carreiras no processo de descongelamento, progressão e devida compensação remuneratória da nossa classe. É imperioso, por uma questão de justiça social e profissional, que o dever inerente à missão e função daqueles que representam a investigação criminal na PJ, seja devida e reposta na justa medida do esforço diário de cada uma de nós;
- c) A abertura contínua e programada de novos concursos e admissões de Inspectores com vista a colmatar a curto e médio prazo, um quadro que nunca foi preenchido na totalidade (muito aquém) e que, conjugado atualmente com o envelhecimento dos funcionários, com as saídas e com a desmotivação generalizada, tende a materializar-se numa “morte lenta” da nossa organização. Não o desejamos e não o queremos, como profissionais e como cidadãos e nesse campo, tudo será feito no sentido de vir a ser um rumo corrigido na direção de um destino certo, e não, num rumo que atualmente se assume nebuloso e sem perspetivas;
- d) A modernização da PJ, no campo das suas infraestruturas, tendo em conta que edifícios da PJ, como os de Braga, Coimbra e Faro, assim como, outros tantos, ou não comportam mais



ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Membro fundador

Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia



DIREÇÃO NACIONAL

funcionários e/ou se mostram-se indignos para albergar os seus funcionários, e receber diariamente os nossos cidadãos;

- e) A progressão nas carreiras, sendo este ponto, uma das principais causas de desmotivação e desalento na nossa classe. Os processos concursais de progressão na carreira na PJ, estão obsoletos, são injustos e demonstram uma total desvinculação daquilo que deveria ser o fulcro da ascensão na carreira, ou seja, o mérito assente no desempenho contínuo dos funcionários, na sua formação continua e na sua antiguidade. Se desde há cerca de 17 anos que existe uma admissão centrada na obrigatoriedade de um grau académico de licenciatura, no fundo, o pessoal da carreira de investigação criminal, é uma carreira superior da administração pública e não faz qualquer sentido assentar a progressão na carreira, em concursos exageradamente prolongados no tempo, cingidos basicamente a uma prova escrita e ponderado aleatoriamente, ou seja, sem um regime contínuo de progressão anual na carreira. Queremos vagas anuais, para a categoria de Inspectores-Chefes e Coordenadores, e condições pré-determinadas de ascensão na carreira, pondera essencialmente, no facto de os funcionários reunirem ou não condições (continuamente avaliadas desde a sua entrada na organização), para progredirem anualmente. Isso é uma matéria já discutida em sede do Ministério da Justiça, que tem a total abertura da Senhora Ministra da Justiça para ser revisto e alterado na próxima LOPJ.

Colegas,

Mais uma vez exaltamos a necessidade de nos mantermos unidos, não só no que são as nossas justas necessidades Sócio-Profissionais, mas também, na intenção de catapultarmos a nossa Polícia Judiciária para uma organização mais moderna e adaptada às novas circunstâncias sociais, a uma era cada vez mais tecnológica e transnacional, e a uma exigência técnica sem precedentes.

Bem hajam!

O Presidente Nacional

Ricardo Valadas